

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

OUTUBRO 2016 A DEZEMBRO 2019



Conselho Económico e Social
PORTUGAL

FICHA TÉCNICA

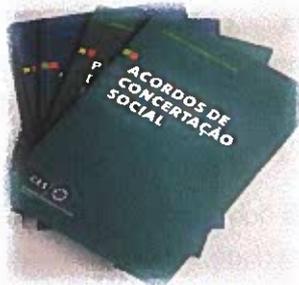
Portugal. Conselho Económico e Social
Relatório de Atividades de outubro 2016 a dezembro 2019
Lisboa: CES, 2019

EDITOR

Conselho Económico e Social
Rua João Bastos, 8, 1449-016 Lisboa
Tel.: 21 300 60 80
Fax: 21 300 60 99
E-mail: ces.portugal@ces.pt
www.ces.pt
Lisboa, dezembro , 2019

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O presente relatório sintetiza as atividades desenvolvidas pelo CES desde a tomada de posse do atual Presidente em Outubro de 2016 até dezembro de 2019, data em que ocorrerá uma nova eleição do Presidente do CES, nos termos da Lei n.º 108/91, de 17 de agosto com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 80/98, de 24 de novembro, Lei n.º 128/99 de 20 de agosto, Lei n.º 12/2003, de 20 de maio, Lei n.º 37/2004, de 13 de agosto, Lei nº 75-A/2014, de 30 de setembro, Lei 135/2015, de 7 de setembro, e pela Lei n.º. 81/2017, de 18 de agosto, que alargou o Plenário para 76 membros.



1. CONCERTAÇÃO SOCIAL TRIPARTIDA

	2016	2017	2018	2019
nº reuniões	4 a)	19	22	16 b)

a) desde outubro

b) até 12 dezembro

No âmbito da Comissão Permanente da Concertação Social, maioritariamente conduzida pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social,¹ assinala-se o número elevado de reuniões e temáticas abordadas. De um total de 61 reuniões, 36 tiveram participação de diversos membros do Governo e abordaram temáticas europeias, nomeadamente sobre a preparação dos Conselhos Europeus, sobre a Agenda Social Europeia, a análise e concertação de posições quanto às várias propostas para o Quadro Financeiro Plurianual pós 2020, sobre a Cimeira do Euro e também a reprogramação do Portugal 2020. Foi também abordada a situação das negociações do Brexit, bem como analisados os planos de contingência associados.

No plano interno, debateram-se igualmente, orientações políticas sobre matéria orçamental, os pactos de estabilidade, o Programa Nacional de Reformas e suas atualizações anuais, as prioridades em matéria de Proteção Civil, a Reforma das Florestas, os Incêndios Florestais, a Modernização da Administração Pública, a política de Vistos e, mais recentemente, o Programa “3 em linha” para a Conciliação da Vida Pessoal, Familiar e Profissional, objecto de criação de um grupo de trabalho específico que vai ser retomado nesta legislatura.

As questões relativas à legislação de trabalho, negociação colectiva e situação dos salários e emprego e seus impactos na economia foram intensamente abordadas ao longo deste período, designadamente a aplicação do acordo tripartido sobre a Remuneração Mensal Mínima Garantida (RMMG), a atualização, análise e discussão sobre o Livro Verde das Relações Laborais, a fixação da Retribuição Mínima Mensal Garantida e o seu acompanhamento e avaliação de impacto, a qualificação e formação profissional e a flexibilidade da idade de reforma. Estas discussões deram origem aos seguintes acordos:

A. Compromisso Tripartido para um acordo de concertação de médio prazo, celebrado a 17 janeiro de 2017, subscrito pelo Governo, CAP, CCP, CIP, CTP e UGT. Este documento contemplava a fixação da

¹ O Primeiro Ministro presidiu a 6 reuniões de Concertação Social e participou na assinatura dos Acordos celebrados.

RMMG em 557 euros, a partir de 1 de janeiro de 2017; a diminuição de 1,25 p.p. na taxa social única das entidades empregadoras para os trabalhadores a auferir o salário mínimo nacional com remuneração média entre os 530 e os 557 euros e previa a criação de medidas que visem compensar os efeitos do aumento da RMMG nos contratos públicos em execução.

Estabelecia ainda outros compromissos, tais como os de não utilização da figura da denúncia das CCT durante 18 meses; de promoção de uma avaliação integrada e partilhada do livro verde das relações laborais e dos dados apresentados; necessidade de identificação de medidas para a redução da acentuada segmentação do mercado de trabalho e alterações ao enquadramento normativo e do funcionamento do Fundo de Compensação do Trabalho.

Ao nível da proteção social, destacam-se compromissos para a alteração do regime jurídico de desemprego dos trabalhadores independentes com atividade empresarial e a construção de uma estratégia de adequação da proteção social e da sustentabilidade da Segurança Social, bem como o estímulo da natalidade e dos padrões de bem estar das famílias, com perspetivas de se aprovarem medidas para a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Para maiores apoios financeiros, refere-se o desenvolvimento do Programa Capitalizar e a reprogramação das Verbas do PT 2020 para a formação de adultos jovens e apoio aos centros protocolares.

Para dinamizar a economia e dar estabilidade ao mercado, defendiam-se compromissos para que o Governo assegure estabilidade e previsibilidade fiscal com medidas que tornem o sistema fiscal mais justo, se aumente o investimento público direcionado para as infraestruturas para transportes e logísticas e também uma diminuição da componente regulada da energia, redução de custos de contexto e medidas de simplificação administrativa.

Este compromisso foi posteriormente sujeito a uma **Adenda subscrita a 3 fevereiro de 2017**, dado que a Resolução da Assembleia da República n.º 11/2017, fez cessar a medida excecional de apoio às entidades empregadoras prevista no Acordo de 17 de janeiro por redução da TSU. Nesta adenda, substituiu-se esse apoio por uma redução no pagamento especial por conta, a pagar pelos sujeitos passivos nos períodos de tributação iniciados em 2017 e 2018.

B. Acordo para combater a precariedade, reduzir a segmentação laboral e promover um maior dinamismo da negociação coletiva, assinado em 18 junho 2018, incluiu propostas para alterações ao Código do Trabalho, limitando as possibilidades legais do uso excessivo de contratos de trabalho a termo; incentivos à contratação sem termo dos trabalhadores à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração; garantias para uma maior proteção dos trabalhadores temporários.

Era também objetivo do acordo promover um maior dinamismo das negociações coletivas de trabalho e a redução da individualização das relações laborais (banco de horas grupal, versus banco de horas individual).

Quanto à caducidade, o documento assumiu uma postura de prevenção da ocorrência de lacunas decorrentes da caducidade das convenções coletivas, pelo compromisso de que denúncias de CT devem ter fundamentação e ser analisadas atempadamente pelo Ministério.

No campo da precariedade acordou-se na redução da duração máxima dos contratos a termo certo de três para dois anos, incluindo renovações; na redução da duração máxima dos contratos de trabalho a termo incerto de seis para quatro anos; na eliminação, no Código do Trabalho, da norma que permite a contratação a termo para postos de trabalho permanentes de trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração, admitindo-a apenas para desempregados de muito longa duração (desempregados há mais de dois anos).

Outras alterações foram firmadas : afastou-se a possibilidade de as convenções coletivas alterarem o regime legal da contratação a termo, vedando a criação de motivos adicionais para a contratação a termo que não correspondam à satisfação de necessidade temporária da empresa, bem como a modificação da regra que proíbe a sucessão de contratos a termo e de outras normas que asseguram o cumprimento da diretiva comunitária sobre os contratos a termo, clarificando que, no caso de as partes acordarem que o contrato a termo não está sujeito a renovação, se mantém o direito do trabalhador à compensação por caducidade.

Acordaram-se igualmente alterações ao Código dos Regimes Contributivos no sentido de criar, em substituição do Artigo 55.º do Código dos Regimes Contributivos correspondente à adequação da taxa contributiva, uma contribuição adicional por rotatividade excessiva. Prevê-se que esta taxa seja progressiva tendo em conta a diferença entre o peso anual da contratação a termo da entidade empregadora e a média do respetivo setor, e tem como base de incidência as remunerações base dos contratos a termo devidas no ano civil a que o apuramento respeita, tendo como limite máximo 2%, sendo a escala de progressão fixada no referido decreto regulamentar. A taxa aplicável à contribuição adicional por rotatividade excessiva é progressiva.

Para a proteção no desemprego acordou-se igualmente a alteração ao regime jurídico de proteção na eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, reduzindo de 180 para 120 dias (quatro meses) o prazo de garantia para acesso ao subsídio social de desemprego inicial para trabalhadores cujo acesso tenha origem na cessação por caducidade de contrato de trabalho a termo.

Com o objectivo de dar maior visibilidade e difusão destes Acordos, o CES editou a publicação **“Acordos de Concertação Social celebrados entre 2005 e 2018”** .

2. CONSULTA

No âmbito das suas funções de consulta, o CES emite obrigatoriamente parecer sobre os anteprojetos das grandes opções (GOP) e dos planos de desenvolvimento económico e social, bem como sobre os relatórios da sua respetiva execução, pronuncia-se facultativamente sobre qualquer matéria que o Governo ou a Assembleia da República lhe dirijam, como sucede, nomeadamente, com o Orçamento do Estado (OE), a Conta Geral do Estado (CGE) e o Programa Nacional de Reformas (PNR), tendo ainda competência para produzir pareceres de iniciativa após aprovação da proposta de tema pelo Plenário.

Durante o período em análise, o CES emitiu os pareceres com carácter facultativo sobre a Conta Geral do Estado de 2015, 2016, 2017 e 2018, sobre o Programa Nacional de Reformas em 2017, 2018 e 2019 e o Orçamento do Estado para 2017, 2018, 2019 e, ainda, com carácter obrigatório o parecer sobre as Grandes Opções do Plano para 2017, 2018, 2019 e 2020.

O CES emitiu também um parecer de Iniciativa sobre a “Proposta de Lei Nº 62/XIII, relativa ao quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais” dada a importância da proposta em causa que visava alterar as relações entre o Estado e as Autarquias Locais, em matérias que afetam a vida quotidiana dos cidadãos e das empresas.

Como se pode verificar pelo quadro seguinte, os documentos grangearam um confortável consenso , apesar de, nalguns casos, as organizações terem apresentado declarações de voto, as quais ficam apenas aos pareceres e deles fazem parte integrante. O parecer que recolheu maior número de declarações de voto (5), foi o parecer de iniciativa , evidenciando a importância do tema bem como a abordagem diversa que o mesmo suscita.

Pareceres	2015	2016	2017	2018	2019
GOP		7 abstenções	8 abstenções	3 votos contra; 7 abstenções	6 abstenções
Orçamento de Estado		7 abstenções	2votos contra; 2 Abstenções	8 Abstenções	adiado para 2020
PNR		n.aplicável	9 abstenções	2 votos contra ; 10 Abstenções	7 Abstenções
CGE	2 abstenções	4 abstenções	6 abstenções	4 abstenções	n. aplicável
Iniciativa			2 votos contra ; 10 abstenções		

Nota: são aqui consideradas as datas dos documentos objecto de parecer independentemente da data da sua aprovação em Plenário.

Quanto aos relatores, procurou-se abranger um diversificado número de membros do CES , tendo em consideração as disponibilidades e competências. A seleção para relator(a) tem em consideração a opinião dos presidentes das comissões especializadas e, durante este mandato, foram selecionados os membros constantes do quadro infra:

Relatores	
GOP	Adriano Pimpão (2016) Adriano Pimpão (2017) Carlos Vieira (2018) Adriano Pimpão (2019)
OE	José António Cortez (2017) José António Cortez (2018) José António Cortez (2019)
PNR	Adriano Pimpão e Alberto Castro(2017) Maria do Céu Albuquerque (2018) Rui Leão Martinho (2019)
CGE	Adriano Pimpão (2015) Ricardo Paes Mamede (2016) Adriano Pimpão e Alberto Castro(2017) Francisca Guedes de Oliveira (2018)

3. Arbitragem

O funcionamento dos Tribunais Arbitrais é assegurado pelo CES, nos termos do Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro. A lista composta por quarenta e oito juizes árbitros é elaborada com base nas listas propostas pelos representantes das associações sindicais e de empregadores com assento na CPCS, sendo os árbitros presidentes designados por uma comissão *ad hoc* composta pelo presidente do CES e dois representantes das referidas associações.

Os serviços de arbitragem prestados são sintetizados no mapa infra:

ANOS	Serviços mínimos				Convenções coletivas
	Processos Entrados	Processos Concluídos		Processos Pendentes	Processos Entrados
		Sem decisão	Com decisão		
2017	20	4	15	0	0
2018	47	5	37	0	0
2019	33	3	25	0	0

Nota: A diferença entre o número de pedidos entrados e de decisão deve-se à apensação de processos e à suspensão ou desconvocação de greves. Estão em curso três tribunais arbitrais.

4. Funcionamento

Na sequência do alargamento da composição do CES, operado pela Lei n.º 81/2017, de 18 de agosto, que procedeu à sétima alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto em 2018, foi dada posse aos novos membros e o Plenário passou a contar com 74 membros. Assinala-se como aspeto menos positivo deste alargamento o facto dos representantes das Comunidades Portuguesas, um da Austrália e outro da Namíbia, não poderem participar presencialmente nos trabalhos das comissões e Plenários, quer por força dos calendários apertados para emissão de pareceres, quer por dificuldades orçamentais.

De qualquer forma, todos os órgãos funcionaram de forma regular, sendo de assinalar a constituição da Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade (CEPIN) que, apesar de ter sido criada em 2015, reuniu pela primeira vez em Plenário no dia 3 de julho de 2018 e voltou a reunir em 2019.

A evolução ao longo dos anos demonstra uma maior regularidade e frequência do número de reuniões realizadas no CES, conforme decorre da tabela seguinte:

Reuniões	2016	2017	2018	2019
Plenários do CES	5	6	4	4
CEPES, CEPIN e CDORT	5	5	6	5
CPCS*	4	19	22	14
Grupos de Trabalho	7	12	9	9

Importa referir que o número de reuniões da CPCS contabilizadas para este relatório compreende apenas o período entre outubro e dezembro de 2016, mas o número total de reuniões nesse ano foi de 19. É também de relevar o trabalho e a participação nos grupos de trabalho que pode ser conferida a técnicos, não estando necessariamente presentes os Conselheiros que representem a mesma instituição, mas cuja contribuição e trabalho não pode ser esquecidos.

5. Cooperação Institucional



À semelhança de anos anteriores, a cooperação institucional do CES com instituições internacionais foi condicionada pelas dificuldades inerentes à participação em reuniões de trabalho no estrangeiro, dadas as restrições orçamentais. No entanto, o CES tem-se empenhado numa colaboração próxima com os seus congéneres internacionais, sendo de destacar as seguintes iniciativas:

Conselho Económico e Social Europeu (CESE)

Em 2017, promoveram-se 2 audições do CESE, uma relacionada com o Livro Branco sobre o Futuro da Europa (29 maio) e outra sobre “os ensinamentos do passado para evitar a severidades das políticas de austeridade na UE” (26 setembro).

Por ocasião das comemorações do Tratado de Roma, (13 de março) o CESE organizou uma Conferência que abordou todos os assuntos da agenda europeia, desde as migrações ao futuro da UE e ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, e na qual o Presidente do CES esteve presente

Em Fevereiro de 2018, o Presidente do CES participou na Conferência promovida pelo CESE em Atenas, com o tema “O Futuro da Democracia na Europa”.

Em março de 2018 o CESE em articulação com o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional sobre Educação, Emprego e Formação Profissional, organizou uma conferência na qual Portugal não podia deixar de participar dada a importância do tema para o nosso País.

O CES também acolheu uma jornada nacional do Semestre Europeu, organizada pelo CESE em Novembro de 2018.

Durante este mandato o CES participou, sempre que possível, nas reuniões anuais de Presidentes e Secretários Gerais dos Conselhos Económicos e Sociais da Europa e do Comité Económico e Social Europeu .

Outras atividades de cooperação sobre temas europeus

Com o objetivo de estreitar a colaboração com a autoridade gestora do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEFE, ou EEA Grants) e os membros do CES, foi promovida uma reunião, a 18 de outubro, para divulgação sobre o novo período de programação 2014-2021 e apresentação da elegibilidade dos projetos para apoio financeiro.

O Presidente do CES participou também na Conferência “Pilar Europeu dos Direitos

Sociais, Pobreza e Barreiras ao Emprego”, promovida pela Representação da Comissão Europeia em Portugal. (março 2018)

O Brexit foi sendo acompanhado por parte do CES. O Presidente do CES e os parceiros sociais tiveram três encontros com Michel Barnier, o negociador da Comissão Europeia para o Brexit. Nesses encontros, houve oportunidade de debater qual a evolução expectável do processo Brexit e quais os impactos na economia portuguesa e europeia com a concretização do mesmo.

“Os desafios da Europa “ foi também tema de um encontro entre Emanuel Macron, Presidente da República Francesa e António Costa, Primeiro Ministro de Portugal, em que o Presidente do CE participou.

Realizou-se, a pedido da embaixada alemã, uma reunião entre os parlamentares do SPD e o Presidente do CES para análise da situação económica e social (setembro 2018)

Em março de 2019 e por ocasião da deslocação dos serviços da Comissão Europeia (CE) a Portugal para expor as propostas preliminares da CE sobre os domínios prioritários de investimento da política de coesão europeia no período 2021-2027, foi promovida pela Representação da Comissão Europeia em Portugal uma sessão sobre «Orientações para os domínios prioritários de investimento da política de coesão em Portugal no período 2021-2027», concedendo às autoridades nacionais uma oportunidade para um primeiro debate das propostas da Comissão. O Presidente participou como orador nesta sessão, dando a sua perspetiva sobre a matéria em apreço.

O Presidente foi ainda orador no Workshop sobre o Semestre Europeu organizado pela Universidade Católica – tema “As várias dimensões do Semestre Europeu – questões relevantes numa perspetiva nacional”(maio 2019)

Relações Bilaterais com outros Conselhos Económicos e Sociais

Espanha

Com os parceiros espanhóis, para além da prorrogação do Protocolo de colaboração firmado em 7 de junho com o CES de Espanha e os CES da Extremadura, Andaluzia, Castela e Leão e Galiza, organizou-se conjuntamente uma conferência sobre o futuro dos fundos europeus para a cooperação transfronteiriça (11 de julho em Mérida).

Marrocos

No âmbito do protocolo com Marrocos, realizaram-se 2 reuniões, setembro de 2017 de Maio 2018, com o Presidente do CES de Marrocos, para discussão de temas de interesse mútuo e outra com o secretário geral do CES de Marrocos, para discussão de temas de interesse mútuo.

Costa do Marfim

Entre 21 e 23 de novembro, o presidente do CES visitou a Costa do Marfim e celebrou com o seu homólogo um protocolo de colaboração. Na sequência da visita o presidente do CES recebeu uma delegação daquele país chefiada

pelo Presidente do Conselho Económico Social Cultural e Ambiental, que decorreu entre 24 e 26 de setembro de 2018, organizando-se, na ocasião, encontros com parceiros sociais e algumas atividades por estes desenvolvidas, designadamente uma visita à feira de agricultura e a um centro protocolado de formação profissional para a indústria e tecnologias.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Com a delegação da OIT em Portugal, firmou-se, em 30 de março de 2017, um protocolo de colaboração, de forma a potenciar as atividades desenvolvidas.

Ainda nesse ano, a Secretária-Geral deslocou-se a Sarajevo, na Bósnia Herzegovina, para fazer uma apresentação sobre o funcionamento do CES numa reunião técnica da OIT subordinada ao tema “Plataforma de Emprego e Assuntos Sociais”.

Em janeiro de 2018, o CES acolheu uma missão desta Organização, realizando três sessões para audição dos parceiros sociais e do Presidente do CES relativamente ao estudo sobre a evolução do mercado de trabalho em Portugal.

A convite da Diretora do escritório da OIT Lisboa, a adjunta do Presidente, Dra. Joana Ferraz Mota Pinto, deslocou-se à cidade da Praia, Cabo Verde, para participar num workshop de partilha de experiências sobre o diálogo social e a formação profissional, que decorreu entre 15 e 19 de outubro de 2018.

O workshop foi particularmente dirigido a delegações tripartidas de Angola, Brasil, Cabo Verde e Portugal, bem como a outras pessoas envolvidas nas políticas de qualificação e formação profissional.

O objetivo geral do workshop foi a partilha de experiências sobre as diferentes formas em que o diálogo social pode ser utilizado para a formação profissional.

O CES recebeu em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho/Lisboa, uma delegação do Conselho Económico e Social da Turquia integrada no Programa da União Europeia sobre Diálogo Social. (novembro 2018)

Abril de 2019, o Presidente foi Moderador em Conferência Internacional sobre os 100 anos da OIT e em setembro, a convite do Conselho Nacional para a Economia e Trabalho de Itália (CNEL) e da OIT, a chefe de gabinete participou no encontro dedicado ao tema “Enhancing the role and impact of national social dialogue institutions”, que se realizou em Roma e contou com a presença de delegações de França, Grécia, Irlanda e Eslovénia. O encontro teve como objetivo a partilha de experiências e perspetivas futuras para se aumentar a eficácia do diálogo social e das suas instituições.

Outras participações em iniciativas relativas a temas relevantes para as políticas públicas

Participação no Seminário promovido pelo Conselho Nacional de Saúde subordinado ao debate de estratégias e ações para promover a participação dos cidadãos na definição de políticas de saúde em Portugal.

Participação no Fórum das Políticas Públicas dedicado ao tema “Desenvolvimento, Descentralização e Poder Local”.

Participação na sessão de apresentação do relatório da OECD “Review of Pension System: Portugal 2019”.

Audição solicitada pela Comissão Independente para a Descentralização.

Orador na Conferência promovida pelo Centro Qualifica da EPA (Mirandela) subordinada ao tema “Educação de Adultos – que perspetivas futuras?”

Orador na Conferência promovida pela Universidade do Algarve por ocasião dos 40 anos da Instituição – a intervenção do Presidente teve como tema “Políticas Sociais”.

Orador na Sessão de Encerramento da Conferência “Águas e Cidades do Futuro” integrada no Portugal Smart Cities Summit (Maio 2019) .

Orador numa das sessões integrada na Conferência IASIA 2019 (International Association of Schools and Institutes of Administration) – tema: Governação a vários níveis e modernização administrativa em Portugal).julho 2019

Moderador em sessão integrada no colóquio sobre a “Reforma do Código do Trabalho” no âmbito das jornadas de Direito do Trabalho.

Participação em debate sobre o tema “A concertação estratégica no território” promovida pela UNITATE – Associação de Desenvolvimento da Economia Social – Vila Viçosa.

Orador na Conferência promovida pela CM de Famalicão subordinada ao tema central “As pessoas como valor acrescentado” – Tema da intervenção – “As pessoas e o desafio do emprego de qualidade”

Orador na cerimónia de abertura do Congresso Anual da Ordem dos Médicos Dentistas.

Participação no debate “40 anos do SNS, o passado, o presente e o futuro” organizado pela Liga dos Amigos Terras de Santa Maria, em Santa Maria da Feira.

Intervenção na abertura do encontro promovido pela UGT sobre Negociação Coletiva.

Participação no programa Gilead Génese – debate incidindo no tema central “Saúde 2030 – os desafios da próxima década”

Participação em Tomar no Conselho de Presidentes da CAP.

Conferências

Durante o atual mandato o CES organizou conferências em diversas localidades sobre os temas constantes do quadro seguinte, e que contaram com o contributo dos parceiros sociais, membros do CES e representantes da sociedade civil, bem como de académicos e de especialistas com reconhecida reflexão sobre os temas analisados.

Conferências	Data	Local	Nº Partic.
2017			
Relatório global sobre Salários	30-mar	Lisboa	66
Economia das Florestas	02-mar	Mação	116
Modelos e Desafios da Segurança Social	10-mai	Lisboa	47
Políticas fiscais: equidade, competitividade, sustentabilidade e concorrência fiscal	25-mai	Lisboa	20
2018			
O Futuro da EU: Orçamento da União e Portugal	09-fev	Lisboa	142
Desafios da Água na Sociedade Portuguesa	28-jun	Évora	143
Desafios Demográficos: A Natalidade	07-set	Porto	154
A Saúde e o Estado: O SNS aos 40 anos	21-set	Lisboa	193
Trabalho: entre o Direito e o Mercado	22-nov	Lisboa	61
Aprendizagem ao longo da vida (ALV): Estratégias e Experiências	06-dez	Viseu	176
2019			
Qualidade da Gestão	19-mai	Porto	142
Desafio Demográficos : Envelhecimento	06-jun	Coimbra	152
Administração Pública e Interesse Público	adiada para Jan 2020		
Total			1412

Estas conferências foram bastante participadas, evidenciando a relevância da promoção de eventos desta natureza, numa ótica de proximidade com o cidadão e debate entre os membros do CES. As comunicações e intervenções nestas Conferências foram posteriormente publicadas em edições do CES.

Sumariam-se de seguida, as questões abordadas:

Seminário “Economia da Floresta e Ordenamento do Território

Este seminário realizou-se no dia 2 de março, em Mação, com o apoio do Presidente da Câmara, Dr. Vasco Estrela. Esta reflexão promovida pelo CES visou ajudar à definição de políticas públicas baseadas na evidência, produzindo recomendações e delineando consensos que contribuem para a sustentabilidade socioeconómica e ambiental do setor. Participaram nesta iniciativa diversas personalidades ligadas ao meio, tendo o encerramento sido feito pelo Ministro da Agricultura.

“Relatório Global da OIT sobre os Salários 2016/17” - apresentação e discussão

O CES e a OIT-Lisboa organizaram a apresentação e discussão do “Relatório Global da OIT sobre os Salários 2016/17”, que foi efetuada por Philippe Marcadent, Chefe da Unidade de Mercados de Trabalho Inclusivos, Relações de Trabalho e Condições de Trabalho da Organização, após o que se seguiram comentários dos parceiros sociais e posterior debate. Este evento teve lugar no dia 30 de março nas instalações do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG).

Conferência sobre “Modelos e Desafios da Segurança Social”

Este evento surgiu no seguimento de um processo iniciado em 2016 de três conferências em colaboração com o ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, tendo por base a discussão dos determinantes e problemas da Segurança Social, nas suas vertentes social e económica. Refletiu-se sobre as perspetivas de reforma do sistema, tendo em conta as experiências nacional e internacional. A conferência realizou-se no dia 10 de maio, contando com um painel internacional e dois painéis nacionais, sendo um destes composto por especialistas e outro por representantes dos parceiros sociais. O texto que reproduz as comunicações apresentadas foi publicado em 2018.

Políticas fiscais: equidade, competitividade, sustentabilidade e concorrência fiscal

O Fórum das Políticas Públicas solicitou a colaboração do CES para uma reflexão sobre “Políticas fiscais: equidade, competitividade,

sustentabilidade e concorrência fiscal”, que se realizou no ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, nos dias 24 e 25 de maio. Cada tema em debate teve como base de discussão um documento de identificação e análise dos problemas, elaborado por professores, peritos e alunos do doutoramento em políticas públicas daquela Universidade. Foi comentado por convidados de diferentes gerações e

O Futuro da EU: Orçamento da União e Portugal
Lisboa, 09 de fevereiro de 2018

Do orçamento plurianual da União Europeia para o período pós-2020 dependem, entre outras, a política de coesão, a política agrícola comum e muito do investimento público em Portugal, designadamente o efetuado em ciência e tecnologia.

O surgimento de novas prioridades de financiamento, como a segurança e a defesa, fazem antever a necessidade de mais recursos, o que contrasta com a redução do orçamento da União causado pelo Brexit e com uma onda crescente de euroceticismo nalguns Estados-Membros, questionando-se se haverá vontade política para comprometer mais recursos, que propostas poderão ser bem sucedidas para reestruturar o financiamento da União Europeia e como poderá Portugal promover a convergência económica e social com os restantes Estados-Membros no pós-2020.

quadrantes partidários que apresentaram a sua avaliação das condicionantes das políticas fiscais, bem como a sua reflexão sobre cenários e perspetivas de desenvolvimento futuro. A participação do CES havia sido solicitada para organizar um painel dedicado ao comentário e análise dos parceiros sociais sobre as envolventes acima descritas.

Esta conferência contou com a presença do Primeiro-Ministro e do Comissário Europeu Gunther Ottinger.

Desafio da Água na Sociedade Portuguesa
Évora, 28 de junho de 2018

Com Portugal na linha da frente da exposição às alterações climáticas, os problemas associados à água têm vindo a avolumar-se aos olhos dos cidadãos. O direito humano à água exige a sua disponibilidade, boa qualidade e custo acessível. Por outro lado, na agricultura, energia e turismo, a água é um recurso estratégico para o desenvolvimento económico e a coesão territorial, pelo que o debate sobre a água realizado em Évora em colaboração com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P. e a Lis Water, se revelou de manifesta oportunidade.

Desafios Demográficos: A Natalidade

Porto, 07 de setembro de 2018

Dado que a Assembleia da República criou, no seio do CES, a CEPIN cuja composição integra os parceiros sociais e representantes de interesses diversos da sociedade portuguesa, considerou-se que a reflexão sobre estes temas deveria iniciar-se com um enfoque particular na natalidade. O país tem pela frente um enorme desafio demográfico, sendo necessárias novas e melhoradas políticas públicas no sentido de garantir condições para o aumento da natalidade, o retorno de emigrantes e o acolhimento de imigrantes. A Conferência teve lugar no Porto e contou com a presença de Sua Excelência o Presidente da República.

A Saúde e o Estado: O SNS aos 40 anos

Lisboa, 21 de setembro de 2018

Aos 40 anos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) surgem estímulos opostos para a congratulação e a avaliação crítica. Não se tem dedicado ao SNS tempo e espaço para análise, procurando ir aos princípios e valores comuns que o popularizaram. Os défices orçamentais na Saúde têm marcado quase sempre a sua gestão, anulando graus de liberdade dos decisores e impedindo uma gestão eficiente, prospetiva e mobilizadora.

Nos termos da lei, incumbe ao CES pronunciar-se sobre as políticas económica e social, bem

como sobre a execução das mesmas, competindo às suas comissões especializadas elaborar estudos, pareceres, relatórios e informações. Sendo a problemática da Saúde de primeira importância económica e social revelou-se indiscutível o interesse da realização de um encontro que reuniu especialistas, parceiros sociais e demais membros do CES.

Trabalho: entre o Direito e o Mercado – o papel histórico da negociação coletiva

Lisboa, 22 de novembro de 2018

Este evento foi realizado em parceria com o Escritório da Organização Internacional do Trabalho para Portugal, no âmbito das Comemorações do 70º aniversário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que teve a participação do Comissário para estas comemorações, Prof. Doutor Vital Moreira.

Aprendizagem ao Longo da Vida: Estratégias e Experiências

Viseu, 06 de dezembro de 2019

A aprendizagem ao longo da vida é vital para a manutenção da empregabilidade, da redução do desemprego, do combate à exclusão social e à promoção da igualdade de oportunidades. Mas é também essencial para a inovação e o aumento da produtividade, razões que impõem uma abordagem pelos membros do CES, órgão plural com capacidade de influenciar o Estado e os agentes económicos e sociais. Portugal registou assinaláveis progressos no nível educacional da sua

população ao longo das últimas décadas. No entanto, subsistem problemas associados ao baixo nível de qualificações da população portuguesa em relação aos países da União Europeia e à assimetria geracional dessas qualificações.

Por outro lado, os desenvolvimentos recentes não contribuem para a sua correção: a percentagem de trabalhadores em processos de aprendizagem ao longo da vida é inferior à média europeia e centra-se nos trabalhadores com mais qualificações, acentuando os padrões de divergência.

A descida do desemprego registada veio reforçar a importância deste tema, com a presença cada vez mais escassa de algumas qualificações no mercado de trabalho a constituir um obstáculo crescente ao emprego e ao desenvolvimento económico, sendo manifestamente oportuno o debate destas questões. Participaram no evento três antigos ministros da educação e dois membros do XXI Governo.

Qualidade da Gestão e Produtividade

Porto, 10 de maio de 2019

O desempenho da economia nacional é de importância vital para o nível de vida dos portugueses, sendo a produtividade uma das suas principais condicionantes. Quando a produtividade é baixa o crescimento económico é limitado, os desequilíbrios macroeconómicos agravam-se e restringe-se a

capacidade de investimento na promoção de políticas de desenvolvimento de uma sociedade mais próspera e inclusiva.

Apesar da atenção académica dedicada à produtividade e seus determinantes, só recentemente a qualidade das práticas de gestão no seio das empresas tem ganho notoriedade enquanto fator relevante na explicação da produtividade. Aspetos como formação escassa, organização do trabalho e reduzida incorporação tecnológica estão todos em larga medida associados aos padrões de gestão em Portugal.

Estas foram as inquietações que levaram o CES ao indeclinável dever de preocupar-se com a qualidade da gestão nas empresas portuguesas e, em concertação de forças, procurar debater os fatores que podem melhorar a gestão, aumentar a produtividade das empresas e abater obstáculos que a ela se oponham.

Desafios Demográficos: O Envelhecimento

Porto, 06 de junho de 2019

Portugal é um dos países mais envelhecidos da Europa e do mundo. O envelhecimento populacional enquanto fenómeno demográfico é, certamente, um dos maiores problemas que o País enfrenta. Este desafio é certamente demográfico, mas é também social, económico, cultural e de saúde.

Através de abordagens descomprometidas e sustentadas, o CES procurou convocar para reflexão e debate especialistas na área, governantes, parceiros sociais e sociedade civil,

de forma a realizar um diagnóstico ampliado do problema, e procurar soluções para enfrentar este repto.



6 DISTRITOS
1412 PARTICIPANTES

CATÁLOGO DE PUBLICAÇÕES

As publicações editadas correspondem ao conteúdo das Conferências realizadas e às colectâneas de acordos de concertação social e pareceres relevantes no período em análise.

COLEÇÃO ENCONTROS E DEBATES



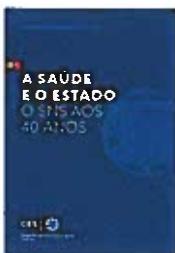
ECONOMIA DA FLORESTA E ORDENAMENTO DO TERITÓRIO

Conselho Económico e Social,
Dezembro, 2018 | ISBN: 978-972-40-767-1 ESGOTADO



SEGURANÇA SOCIAL: MODELOS E DESAFIOS

Conselho Económico e Social
Janeiro, 2018 | ISBN: 978-972-40-7341-5



SAÚDE E O ESTADO: O SNS AOS 40 ANOS

Conselho Económico e Social
Dezembro, 2018 | ISBN: 978-972-40-7762-8



DESAFIOS DEMOGRÁFICOS: A NATALIDADE

Conselho Económico e Social
Dezembro, 2018 | ISBN: 978-972-40-7761-1 ESGOTADO

**DESAFIOS DEMOGRÁFICOS: O ENVELHECIMENTO**

Conselho Económico e Social

Setembro, 2019 | ISBN: 978-972-40-8134-2

**DESAFIOS ÁGUA NA SOCIEDADE PORTUGUESA**

Conselho Económico e Social

janeiro, 2019 | ISBN: 978-972-40-7802-1

**APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA – ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS**

Conselho Económico e Social

Julho, 2019 | ISBN: 978-972-40-8057-4

**QUALIDADE DA GESTÃO E PRODUTIVIDADE**

Conselho Económico e Social

Setembro, 2019 | ISBN: 978-972-40-8138-0

COLEÇÃO ESTUDOS E PARECERES



**PARECERES DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL
2016-2019 VOLUME I**
Conselho Económico e Social
Julho, 2018 | ISBN: 978-972-40-7588-4



ACORDOS DE CONCERTAÇÃO SOCIAL – 2005-2018
Conselho Económico e Social
Novembro, 2018 | ISBN: 978-972-40-7589-1

RECURSOS

Instalações

O Conselho Económico e Social tem instalações próprias cuja dimensão já não se coaduna à sua missão. Para acolhermos as múltiplas reuniões e sessões de arbitragem dispõem-se apenas 2 salas, uma com capacidade para 30-35 pessoas e outra com capacidade para 15 pessoas que são manifestamente insuficientes para o número de conselheiros e peritos que necessitam de participar nas sessões de trabalho e nos Plenários das Comissões Especializadas. Para além disso, o estado de conservação começa a impor obras de montantes significativos que nunca são contemplados no orçamento de funcionamento.

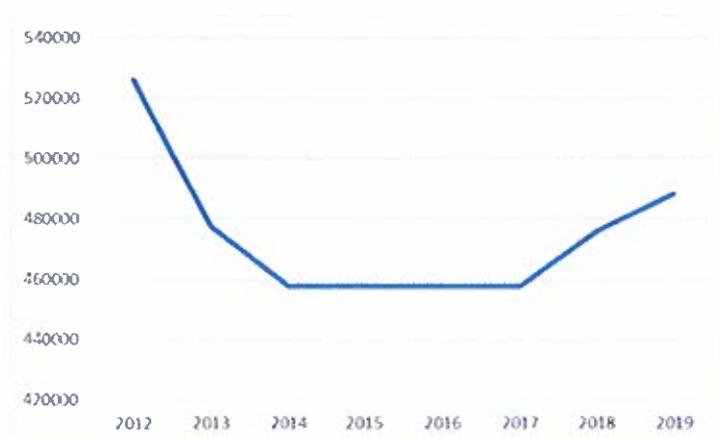
Orçamento

	2010	2020
Orçamento CES	1.480.789,00	1.337.851,00
Pessoal	694.737,00	666.999,00
Consumos correntes	218.612,00	142.041,00
Transferências	525.936,00	488.115,00
Despesas de Capital	41.504,00	7.250,00
Reserva obrigatória	0,00	33.446,00
Arbitragem	155.251,00	99.200,00
Pessoal	65.832,00	55.095,00
Consumos correntes	86.049,00	43.105,00
Transferências	0,00	0,00
Despesas de Capital	3.370,00	1.000,00
Orçamento Total	1.636.040,00	1.403.605,00
Pessoal	760.569,00	722.094,00
Consumos correntes	304.661,00	185.146,00
Transferências	525.936,00	488.115,00
Despesas de Capital	44.874,00	8.250,00

Os recursos financeiros de que dispomos são significativamente menores a 2010 (menos 230 mil euros) e têm-se mantido praticamente inalterados desde 2016 apesar dos esforços no sentido de, pelo menos reforçar a rubrica relativa às subvenções dos Parceiros Sociais como se pode verificar pelo gráfico infra. De salientar que a pequena correção de valores destas subvenções, a partir de 2017,

foram realizadas sempre à custa do orçamento do CES para outras actividades e que os reforços de verba não chegam para repor os pagamentos que se praticavam em 2012.

Subvenções ao Parceiros Sociais



Pessoal

Mapa de Pessoal

Atribuições	Cargo/carreira/categoria	Nº postos de trabalho	
		31.12.2018	31.12.2020
Gabinete do Presidente	Presidente	1	1
	Chefe de Gabinete	1	1
	Adjuntos(as)	3	3
	Secretário(a)	1	1
Serviços de apoio técnico e administrativo	Secretário-Geral	1	1
	Técnico (a) superior	2	2
	Coordenadora técnica	1	1
	Assistente técnico	3	4
	Assistente operacional	1	1
Total		14	15